



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA

Registro: 2013.0000434559

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0019511-53.2009.8.26.0362, da Comarca de Mogi-Guaçu, em que é apelante NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, são apelados NIZETE DE JESUS BISPO (JUSTIÇA GRATUITA), MAILON WENDERSON BISPO DA SILVA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), WINE KEVELLY BISPO DA SILVA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A.

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e VIANNA COTRIM.

São Paulo, 31 de julho de 2013.

RENATO SARTORELLI
RELATOR
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

APELANTE: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

APELADOS: NIZETE DE JESUS BISPO (JUSTIÇA GRATUITA), MAILON WENDERSON BISPO DA SILVA (MENOR REPRESENTADO), WINE KEVELLY BISPO DA SILVA (MENOR REPRESENTADO), VIAÇÃO SANTA CRUZ S/A

MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU: MARCELO VIEIRA

EMENTA:

**“RESPONSABILIDADE CIVIL -
ACIDENTE DE TRÂNSITO -
ATROPELAMENTO DE CICLISTA -
CULPA DO PREPOSTO DA RÉ
CARACTERIZADA - INDENIZATÓRIA
PROCEDENTE - INTELIGÊNCIA DO
ARTIGO 932, INCISO III, C.C. ARTIGO
933, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL -
RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

***Responde o empregador,
independentemente de culpa, pelos
atos praticados pelo empregado que,
nessa qualidade, cause dano a
outrem”.***

V O T O Nº 21.991

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

Ação de indenização por danos materiais e morais, fundada em acidente de trânsito, julgada procedente pela r. sentença de fls. 298/306, cujo relatório adoto, complementada em sede de embargos de declaração (fls. 312 e 320).

Inconformada, apela a denunciada insistindo na reforma. Sustenta, em apertada síntese, que as testemunhas ouvidas em juízo prestaram depoimentos divergentes, não restando demonstrada a culpa do motorista do coletivo pela ocorrência do acidente, mas sim culpa exclusiva da vítima, o que afasta o dever de indenizar. Insurge-se, ainda, contra o arbitramento de pensão mensal tendo em conta o recebimento pelos apelados de benefício previdenciário, buscando, alternativamente, a redução do **quantum** estipulado. No mais, impugna o valor da indenização por danos morais, aduzindo ser excessivo, isso sem contar que é incabível sua vinculação ao salário mínimo. Alternativamente, busca reparos no cômputo do termo inicial dos juros de mora, acenando com a impossibilidade de atualização monetária do capital segurado.

Recurso respondido. O preparo está anotado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

A d. Procuradoria de Justiça, em seu parecer, opinou pelo improvimento do apelo (fls. 357/358).

É o relatório.

A r. sentença combatida, no substancial, dirimiu acertadamente o conflito e merece subsistir por seus próprios fundamentos.

Extraio dela o seguinte excerto que adoto, como razão de decidir, para evitar repetições, nos termos do artigo 252 do Regimento Interno deste Tribunal ***verbis***:

“... a dinâmica do acidente está ilustrada no documento de fl. 47, retratada após a ocorrência, de forma indireta.

As testemunhas Antônio de Jesus, Nelson José dos Santos, José Orlando Martins e Marcelo Conceição Oliveira afirmaram que a colisão ocorreu de forma um tanto diferente da retratada no documento acima referido. Esclareceram que o ônibus colheu o ciclista, na contramão de direção do primeiro, já quando fazia a curva para adentrar na rua à esquerda e próximo ao calçamento. Assim, por esta versão o ônibus iniciou a manobra para a esquerda, não observou a vinda da bicicleta e acabou por atropelá-lo em sua mão de direção.

Já as testemunhas José Liovaldo Sanzeni e Tadeu da Silva

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

asseveraram que a colisão ocorreu conforme a ilustração. Tanto na primeira como na segunda versão, a culpa do motorista do ônibus é inarredável. Seja próximo da esquina, junto ao calçamento ou mais próximo do meio-fio, em ambas situações o preposto da ré não observou a vinda do ciclista.

Saliento que nenhuma das testemunhas corroborou a versão de que o ciclista conduzia a bicicleta sem as mãos no guidão.

A morte da vítima vem comprovada pela certidão de óbito de fl. 17.

A responsabilidade do requerido emerge pela culpa do motorista e pelo disposto no artigo 932, inciso III do Código Civil” (cf. fl. 302).

Com efeito, o contingente probatório revela-se suficiente para albergar a pretensão indenizatória na medida em que ficou satisfatoriamente evidenciada a culpa do condutor do ônibus, preposto da ré, que não agiu com a diligência recomendada para evitar o acidente.

Ao realizar manobra de conversão à esquerda, o motorista da ré atropelou o ciclista que estava na correta mão de direção, mas em sentido contrário, interceptando sua trajetória, versão corroborada pelas testemunhas inquiridas em juízo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

A esse respeito, ponderou a ilustre representante do Ministério Público que *“...a culpa do preposto da requerida consistiu na imprudência de não observar o fluxo de trânsito, já que de inopino realizou manobra de conversão à esquerda, interceptando a trajetória da vítima, que em razão do acidente atingiu o para-lama do ônibus do lado do motorista e veio a falecer posteriormente”* (cf. fl. 284).

Na verdade, motorista prudente e cauteloso é o que antevê todas as situações de potencial perigo e se determina a conduzir seu veículo de forma a evitar risco a terceiros, não sendo ocioso lembrar que o art. 28 do Código de Trânsito Brasileiro é expresso no sentido de que *“o condutor deverá, a todo momento, ter o domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”*.

Por outro lado, não prevalece a assertiva de que o acidente foi causado por culpa exclusiva da vítima, inexistindo qualquer indício nos autos de que o ciclista conduzia a bicicleta de maneira irregular ou com velocidade incompatível.

Correta, portanto, a conclusão sentencial que reconheceu a responsabilidade civil da ré já que

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

aplicável, à espécie, a regra do artigo 932, inciso III, c.c. artigo 933, ambos do Código Civil no sentido de responder o empregador, independentemente de culpa, pelos atos praticados pelo empregado que, nessa qualidade, cause dano a outrem.

Lembre-se, ainda, o enunciado da Súmula nº 341 do Supremo Tribunal Federal, **verbis**: “*É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto*”.

A reparação por dano moral é incontroversa, haja vista que os autores, esposa e filhos da vítima, viram-se privados do convívio de ente querido, ocasionando sua morte profunda dor.

Contudo, a r. sentença quadra reparos no concernente ao **quantum** estipulado.

A reparação do dano moral, embora possa ser fixada utilizando-se por parâmetro o valor do salário mínimo, não pode se vincular ao valor vigente do salário mínimo à época do efetivo pagamento, isso porque o artigo 7º, IV, da Constituição Federal veda a sua utilização como indexador monetário.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

Na esteira da jurisprudência predominante do E. Superior Tribunal de Justiça, *“não só a capacidade econômico-financeira da vítima é critério de análise para o arbitramento dos danos morais, sendo levado em conta, também, à míngua de requisitos legais, a capacidade econômico-financeira do ofensor, as circunstâncias concretas onde o dano ocorreu e a extensão do dano”* (REsp. nº 700.899-RN, Rel. Min. Humberto Martins).

Sopesadas as circunstâncias preponderantes que envolvem o caso concreto, quais sejam, a capacidade econômica das partes, a extensão do sofrimento experimentado pelos autores e o grau de culpabilidade da ré, arbitro o montante indenizatório em R\$ 30.000,00 (*trinta mil reais*) para cada autor, com atualização monetária a partir desta data (*Súmula nº 362/STJ*), quantia suficiente para atender ao princípio da razoabilidade, evitando a insignificância da indenização.

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, nos termos do enunciado da Súmula nº 54 do E. Superior Tribunal de Justiça, **verbis**:

“Os juros moratórios fluem a partir do

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

***evento danoso, em caso de
responsabilidade extracontratual”.***

No concernente ao pensionamento mensal, a pré-dica recursal não comporta acolhida na medida em que o dever indenizatório, segundo as regras do direito civil, não se confunde com o benefício previdenciário porque assentado em causa geradora distinta do pedido de ressarcimento por ato ilícito, ***verbis***:

“Diversamente do benefício previdenciário que o recorrente já recebe, a indenização de cunho civil tem por objetivo não apenas o ressarcimento de ordem econômica, mas, igualmente, o de compensar a vítima pela lesão física causada pelo ato ilícito do agente do Estado que reduziu sua capacidade laboral em caráter definitivo, tornando-lhe mais difícil a busca por melhores condições de remuneração no mercado de trabalho, já que não mais poderá exercer a função anteriormente desempenhada bem assim a execução de qualquer outra atividade laboral demandará maior sacrifício em face das sequelas permanentes, o que há

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

de ser compensado pelo pagamento de uma pensão mensal a ser arcada pela recorrida” (REsp. nº 1.168.831/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves).

Correta, portanto, a sentença que arbitrou pensão mensal correspondente a 2/3 da renda auferida pela vítima, na proporção de 1/3 para cada um dos autores.

Os juros moratórios relativos à pensão serão contados, englobadamente, da citação, quanto às parcelas vencidas, e após, mês a mês, de forma decrescente.

Por fim, é devida a correção monetária do capital segurado mesmo porque traduz mero instrumento de manutenção da identidade da prestação quando alcançada pela desvalorização da moeda. Vale dizer, não é um **plus** que se acrescenta, senão um **minus** que se busca evitar (REsp. nº 4.847, 4ª Turma, Rel. Min. Athos Carneiro).

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso para reduzir a indenização por danos morais e alterar o termo inicial dos juros de mora relativos à pensão mensal, nos termos do acórdão, mantida, no mais, a r.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO — 26ª CÂMARA
APELAÇÃO SEM REVISÃO nº 0019511-53.2009.8.26.0362

sentença.

RENATO SARTORELLI

Relator

Assinatura Eletrônica